

# A IMPLANTAÇÃO DAS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS NA REDE PÚBLICA DE ENSINO EM CAMPO GRANDE-MS

Aline Oliveira <sup>1</sup> & Rosana Carla Gonçalves Gomes Cintra <sup>2</sup>

<sup>1</sup> Acadêmica do curso de Pedagogia da UFMS, bolsista voluntario de Iniciação Científica CNPq – PIBIC 2014/15, tataline\_rbe@hotmail.com.

<sup>2</sup> Professora da UFMS, CCHS – Centro de Ciências Humanas e Sociais; Pedagogia, Programa de Pós-graduação em Educação- CCHS, e-mail: rosana.cintra@ufms.com. Eixo temático: cultura, diversidade e direitos humanos. Comunicação Oral

## RESUMO

A pesquisa tem como objetivo analisar o histórico da educação especial no Brasil e a Programa de Implantação das Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) e como esse atendimento é realizado em Campo Grande-MS. O Atendimento Educacional Especializado (AEE) no qual é feito o atendimento das crianças com deficiência no contra turno da escola regular. Para realizar a pesquisa adotamos como metodologia a pesquisa bibliográfica e documental, foram feitos levantamentos bibliográficos nos portais CAPES e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações - BDTD. Foram encontrados diversos artigos, dissertações e teses que tratam das SRM e AEE, os mais relevantes foram selecionados, fichados e analisados, selecionamos 5 trabalhos, dentre eles 01 tese (Salas de recursos multifuncionais e plano de ações articuladas em Campo Grande-MS: análises dos indicadores), 1 dissertação (Organização e funcionamento das salas de recursos multifuncionais em um município paulista), e 2 artigos (Educação especial: o atendimento em salas de recursos na rede municipal de São Paulo) e (Constituição das políticas para educação inclusiva: o programa de implantação de salas de recursos multifuncionais) e 1 monografia (Salas de recursos e salas de recursos multifuncionais: apoios especializados à inclusão escolar de alunos com deficiências/necessidades educacionais especiais no município de Cascavel-Pr).

**Palavras-chave:** 1) Atendimento Educacional Especializado. 2) Salas de Recursos Multifuncionais. 3) Educação Especial.

## INTRODUÇÃO

O presente artigo é resultante de uma pesquisa em andamento, onde buscamos analisar a trajetória da Educação Especial e a Programa de Implantação das Salas de Recursos.

Foram feitas pesquisas no BDTD (Biblioteca Digital de Teses e Dissertações), no Google Acadêmico e no Portal da Capes, no mês de Abril de 2014, na presente pesquisa foram

selecionados 5 trabalhos, dentre eles 01 tese, 1 dissertação, 1 monografia e 2 artigos. No BDTD primeiramente utilizamos o termo A implantação das salas de recursos, foi encontrados 45 trabalhos, destes foram selecionados os 4 trabalhos que se aplicavam ao tema da pesquisa, entre dissertações e tese. Em um segundo momento, utilizamos o termo, A implantação das salas de recursos multifuncionais em Campo Grande, onde foram encontrados trabalhos que já haviam sido selecionados. No Portal da Capes, em uma terceira pesquisa, utilizamos o termo Sala de Recursos e obtivemos um resultado de 2.561, destes separamos apenas 2 artigos e 1 monografia

Prietro e Souza (2012) Em seu artigo traz a questão do atendimento especializado em salas de recursos na rede municipal de São Paulo, fazendo uma análise do processo de implantação das salas de recursos multifuncionais com o intuito de oferecer pistas/dicas que aprimorem das políticas educacionais na rede municipal. De acordo com as autoras, as informações que subsidiaram as suas análises foram coletados através de consultas a documentos disponíveis no setor de Educação Especial da Secretaria Municipal de Educação-SP e por meio de questionários que foram respondidas pelas professoras atuantes nas salas de recursos.

Tosta, Júnior e Viegas (2012) O artigo traz a análise do Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais do estado do Rio Grande do Sul, onde foram abordados os modos de constituição da política de implantação, os dados das matrículas dos alunos com deficiência e da oferta do atendimento educacional especializado do estado do Rio Grande do Sul. A metodologia pautou-se na leitura de documentos, de referenciais teóricos e metodológicos, análises e avaliações de políticas públicas e levantamento de dados do censo escolar de 2009, 2010 e 2011.

Milanesi (2012) traz algumas questões que foram respondidas durante sua dissertação, dentre elas: como os sistemas estão se organizando para atender o dispositivo legal sobre a implantação das salas de recursos multifuncionais, em termo de funcionamento dessas salas de profissionais especializados e avaliação do aluno? Como os serviços das salas de recursos multifuncionais estão sendo implantados e avaliados pelos profissionais envolvidos? A autora tem como objetivo deste estudo é descrever e analisar juntamente com os profissionais da educação que atuam no município de Rio Claro/SP. A metodologia utilizada foi a pesquisa qualitativa de cunho colaborativo, também teve 10 encontros com esses profissionais, sendo todos esses encontros filmados. Os dados obtidos revelaram que o município tem se esforçado para tentar responder a atual política de inclusão escolar.

Bertuol (2010) visa compreender como se constitui o programa de Educação Especial denominado sala de Recursos e seu papel no processo de inclusão de alunos com deficiência/necessidades educacionais especiais no ensino comum. O estudo apresenta a análise dos dados de pesquisa de campo realizada com professores especialistas e concursados em Educação Especial, que atuam em Salas de Recursos de 5ª a 8ª séries do Ensino Fundamental da rede estadual. A pesquisa, de cunho qualitativo, mostra que são muitos os profissionais envolvidos no desenvolvimento das atividades nessas salas, desde os professores e equipe pedagógica da escola.

Corrêa (2012) tem como foco analisar os indicadores do programa de implantação das salas de recursos multifuncionais da rede municipal de Campo Grande-MS. Utilizou-se como metodologia o levantamento e análise de documentos, levantamento de dados do MEC. A autora conclui que apesar da ampliação em números de salas recursos multifuncionais, a abrangência da oferta do AEE aos alunos da educação especial não foi ampliada na mesma proporção, isso leva ao poder público municipal realizar convênios e parcerias com as instituições especializadas para o atendimento aos alunos da educação especial.

## **BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL**

Nos dias atuais, percebemos a ampla discussão a cerca da Educação Especial, mas muitos não possuem o conhecimento da trajetória que a mesma percorreu.

Em nosso país, as pessoas com deficiência só passou a ter atendimento especializado no período imperial, onde em 1954 foi criado o Imperial Instituído dos Meninos Cegos, que com o passar dos anos alterou o nome para Instituto Benjamin Constant-IBC. Já em 1857 surgiu o instituído dos Surdos Mudos, atualmente conhecido como Instituto Nacional da Educação dos Surdos - INES.

Em 1926, foi criado o Instituto Pestalozzi, onde a especialidade atendida no instituto é a deficiência mental hoje denominada como deficiência intelectual. Mas foi a partir da Declaração de Salamanca (1994) por meio da Conferência que a pessoa com deficiência passou a ser vista como ser humano de direitos.

Nesta conferência ficou proclamado que “Toda criança tem direito fundamental à educação [...]” (BRASIL, 1994, p. 1) e ainda ressaltou que:

[...] aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança; escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos (BRASIL, 1994, p. 1).

Também ficou ressaltado o conceito de educação inclusiva “[...] incluir todas as crianças ou jovens, cujas necessidades se originam em função de deficiências ou dificuldades de aprendizagem. Assim, as escolas têm de encontrar maneiras de educar com êxito todas as crianças, até mesmo as que têm deficiências graves” (BRASIL, 1994, p.17).

Observamos a preocupação com a pessoa deficiente, pois no Brasil os seus direitos estão assegurados em diversos documentos, dentre eles a Constituição Federal (1988), o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8069/90), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBN n. 9393/96 dentre outros.

Por meio desses documentos legais, os direitos à inclusão das crianças ficaram assegurados, porém, isso não significa que na realidade essas pessoas estão sendo inclusas, pois não basta ter esses documentos se as pessoas ditas normais não se conscientizarem a cerca da inclusão.

Diante disso, Cintra (2011) ressalta o conceito de inclusão:

Pode-se dizer que inclusão é um processo que contribui para um novo tipo de sociedade, através de transformações, pequenas e grandes, nos ambientes físicos, espaços internos e externos, equipamentos, aparelhos, nos procedimentos técnicos e na mentalidade de todas as pessoas, portanto também a própria educação infantil dessa criança. (CINTRA, 2011, p. 185).

Como observamos a inclusão não está apenas na Lei, por isso, devemos nos conscientizar, pois através de várias formas estamos incluindo essas pessoas, sendo em diversos espaços e não somente na sala de aula. Pois através da inclusão poderemos tentar transformar a sociedade.

## **A IMPLANTAÇÃO DAS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CAMPO GRANDE-MS**

As SRMs oferta do atendimento educacional especializado - AEE ao público alvo da educação especial, esses devem estar matriculados na escola regular e fazer o atendimento no contra turno.

§ 1º Os sistemas de ensino devem matricular os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no atendimento educacional especializado (AEE), complementar ou suplementar à escolarização ofertado em sala de recursos multifuncionais ou em centros de AEE da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos.

De acordo com o Programa de Implantação das Salas de Recursos Multifuncionais, o público alvo da Educação Especial que deve ter atendimento especializado são:

- Alunos com deficiência - aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem ter obstruído sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade;
- Alunos com transtornos globais do desenvolvimento - aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo síndromes do espectro do autismo psicose infantil;
- Alunos com altas habilidades ou superdotação - aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança,

De acordo com Corrêa (2012) o intuito de se constituir a educação especial na Rede Municipal de Ensino de Campo Grande (REME) se deu pela a necessidade da Secretaria Municipal de Educação (SEMED) interferir diante às dificuldades de aprendizagem que foram encontradas e do número muito alto referente ao abandono e repetência no primeiro ano de diversas escolas.

No ano de 1985, um projeto de educação especial foi implementado em 03 escolas que apontaram número de evasão escolar muito elevado, portando optaram pela abertura das classes de recursos denominada na época, as crianças que tinham alguma deficiência considerada grave foram encaminhadas pela REME para uma instituição especializada ou para as salas das Escolas Estaduais de Educação.

Antes do Programa de implantação das Salas de Recursos em Campo Grande-MS a Rede possuía trinta e seis salas de recursos, duas classes especiais e nove escolas que contam com o ensino de Libras (Língua de Sinais Brasileira).

Por meio do Decreto n 6.571, de 17 de setembro de 2008 e com o apoio do Ministério da Educação (MEC) em 2008 foram implantadas as salas de recursos multifuncionais, o objetivo é atender aos alunos que tenham alguma deficiência.

De acordo com Corrêa (2012) a partir do índice do Ideb as escolas obtiveram 44 salas de recursos multifuncionais, pois a meta estabelecida no Plano Plurianual 2008-2011 era de 20 salas de recursos, resultando no alcance dos objetivos e superando as expectativas.

As SRMs devem manter seu efetivo funcionamento, com oferta do atendimento educacional especializado - AEE aos alunos público alvo da educação especial matriculados em classe comum de ensino regular, devidamente registrados no Censo Escolar/INEP.

As salas de recursos disponibilizam diversos materiais pedagógicos que auxiliam no desenvolvimento das crianças, mobiliário adequado, equipamentos e o atendimento educacional especializado - AEE. As salas são divididas em sala 01 e sala 02. Segue abaixo as tabelas que apontam esses materiais que devem ser disponibilizados nas salas de recursos multifuncionais

<b>Sala Tipo I: Equipamentos</b>	<b>Materiais Didático/Pedagógico</b>
02 Microcomputadores	01 Material Dourado
01 Laptop	01 Esquema Corporal
01 Estabilizador	01 Bandinha Rítmica
01 Scanner	01 Memória de Numerais I
01 Impressora laser	01 Tapete Alfabético Encaixado
01 Teclado com colméia	01 Software Comunicação Alternativa
01 Acionador de pressão	01 Sacolão Criativo Monta Tudo
01 Mouse com entrada para acionador	01 Quebra Cabeças - seqüência lógica
01 Lupa eletrônica	01 Dominó de Associação de Idéias
<b>Mobiliários</b>	01 Dominó de Frases
01 Mesa redonda	01 Dominó de Animais em Libras
04 Cadeiras	01 Dominó de Frutas em Libras
01 Mesa para impressora	01 Dominó tátil
01 Armário	01 Alfabeto Braille
01 Quadro branco	01 Kit de lupas manuais
02 Mesas para computador	01 Plano inclinado – suporte para leitura
02 Cadeiras	01 Memória Tátil

**Fonte: Manual de Orientação: Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais.**

Tabela da sala 02 :

<b>Equipamentos e Matérias Didático/Pedagógico</b>
01 Impressora Braille – pequeno porte
01 Máquina de datilografia Braille
01 Reglete de Mesa
01 Punção
01 Soroban
01 Guia de Assinatura
01 Kit de Desenho Geométrico
01 Calculadora Sonora

**Fonte: Manual de Orientação: Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais.**

Os materiais citados acima são entregues diretamente para à escola e são fiscalizados pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), é dever da escola e do operante da sala manter os materiais em perfeito estado de uso.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A pesquisa não foi concluída, pois faltam dados que serão coletados em visita técnica na Secretaria Municipal de Educação (SEMED). Diante do que foi apresentado no artigo, concluímos que a Educação Especial passou por avanços notáveis, houve ganhos por meio dos Decretos, Leis, Declarações entre outros documentos oficiais, que efetivam o direito da pessoa com deficiência. A Salas de Recursos Multifuncionais foi um dos avanços que obtivemos durante anos, ficou evidenciado o papel das Salas de Recursos em fornecer seu atendimento no contra turno do ensino regular, cabe ao professor atuante se capacitar para garantir o desenvolvimento de aprendizagem dos alunos público alvo do Atendimento Educacional Especializado.

## **REFERÊNCIAS:**

Ministério da Educação Secretaria de Educação Especial. **Manual de Orientação: Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais.** 2010.

**Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** Brasília: CORDE, 1994. Disponível em: <[cape.edunet.sp.gov.br/textos/declaracoes/3Declacao\\_Salamanca.doc](http://cape.edunet.sp.gov.br/textos/declaracoes/3Declacao_Salamanca.doc)>. Acesso em: 11 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011.** Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm#art11](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm#art11)>.  
Acesso em: 11 jun. 2014.

PRIETO, R.G; SOUSA, S.M.Z.L. **Educação especial: o atendimento em salas de recursos na rede municipal de São Paulo.** Revista educação Santa Maria, v. 32, n. 2, p. 375-396, 2007. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/ce/revista>> Acesso em 14 mai. 2014.

TOSTA, E.I.L; JÚNIOR, E.M; VIEGAS, L.T. **Constituição das políticas para educação inclusiva: o programa de implantação de salas de recursos multifuncionais.** Poiésis– Revista de Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado – Universidade do Sul de Santa Catarina, v. 6, n. 10, p. 395 - 410, Jul./Dez. 2012. Disponível em: <<http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Poiesis/article/view/1306>> Acesso em: 14 mai. 2014.

MILANESI, J.B. **Organização e funcionamento das salas de recursos multifuncionais em um município paulista.** 2012. 183f. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação Especial. Universidade de São Carlos, São Carlos 2012.

BERTUOL, C. L. **Salas de recursos e salas de recursos multifuncionais: apoios especializados à inclusão escolar de alunos com deficiência/necessidades educacionais especiais no município de Cascavel - PR.** Monografia. Programa de Pós-Graduação “*Lato Sensu*” da UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Cascavel, 2010.

CINTRA, ROSANA CARLA G. G. **A abordagem sócio-histórica na educação inclusiva: aspecto fundamental na prática docente do educador de infância.** Rascunhos Culturais, v. 1, p. 181-194, 2011.

CORRÊA, N.M. **Salas de recursos multifuncionais e plano de ações articuladas em Campo Grande – MS: análises dos indicadores.** Tese. Curso de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, 2012.